

Necropolítica, racismo alimentar, psicologia descolonial: agricultura familiar e a experiência do projeto Cidadania Rural da Bahia

Jadson Levi Sant'Anna Lima

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.21138054>

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a insegurança alimentar no estado da Bahia a partir da articulação entre necropolítica, racismo estrutural, interseccionalidade e Psicologia da Descolonização, tomando como referência a experiência do Projeto Cidadania Rural enquanto estratégia territorializada de acesso a direitos e enfrentamento das desigualdades estruturais. Fundamentado nas contribuições de Achille Mbembe, Frantz Fanon, Silvio Almeida, Carla Akotirene, Josué de Castro e autoras e autores do campo da crítica à colonialidade, o estudo compreende a fome como fenômeno social, racializado, territorializado e institucionalmente produzido. O texto organiza-se como reflexão crítica construída a partir de dados institucionais do Projeto Cidadania Rural (2024–2025), indicadores públicos sobre pobreza e insegurança alimentar na Bahia e diálogo com referenciais da Psicologia da Descolonização. Os resultados evidenciam que a ausência de documentação civil, regularização fundiária e acesso às políticas públicas constitui importante mecanismo de exclusão social, limitando o acesso à proteção social e aprofundando desigualdades históricas entre agricultores familiares, povos indígenas, comunidades quilombolas e populações rurais negras. Como contraponto, o Projeto Cidadania Rural é apresentado como prática concreta de reconstrução da cidadania, ao ampliar o acesso à documentação, ao Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e às políticas públicas voltadas à agricultura familiar, contribuindo para o enfrentamento da insegurança alimentar e fortalecimento da dignidade humana.

Palavras-chave: Necropolítica. Psicologia da Descolonização. Segurança alimentar. Agricultura familiar. Cidadania Rural. Bahia.

Introdução

A fome no Brasil não pode ser compreendida apenas como ausência de alimentos ou consequência de crises econômicas. Trata-se de um fenômeno estrutural produzido historicamente pelas desigualdades sociais, raciais e territoriais que organizam a sociedade brasileira. Na Bahia, essa realidade assume dimensões profundas, atingindo especialmente populações negras, agricultores familiares, povos tradicionais e moradores de áreas rurais.

Dados recentes apontam que cerca de 37,8% dos domicílios baianos conviviam com algum grau de insegurança alimentar, enquanto aproximadamente 1,8 milhão de pessoas encontravam-se em situação de insegurança alimentar grave, evidenciando diferentes níveis de vulnerabilidade alimentar no estado (Rede PENSSAN, 2022; IBGE, 2023).

Nesse contexto, o conceito de necropolítica, formulado por Achille Mbembe, torna-se fundamental para compreender como determinadas populações são expostas à precariedade. Para o autor, “a soberania consiste no poder de decidir quem pode viver e quem deve morrer” (Mbembe, 2018). A fome, portanto, deixa de ser interpretada como simples carência material e passa a ser compreendida como resultado de decisões políticas e institucionais.

A análise desenvolvida neste artigo dialoga ainda com as contribuições de Silvio Almeida sobre racismo estrutural, Carla Akotirene sobre interseccionalidade e Frantz Fanon acerca dos impactos subjetivos da opressão, buscando compreender como raça, território, classe e desigualdade institucional atravessam a produção da fome no estado da Bahia.

Este artigo tem como objetivo analisar a insegurança alimentar no estado da Bahia a partir da articulação entre necropolítica, racismo alimentar, interseccionalidade e Psicologia da Descolonização, tomando como referência a experiência do Projeto Cidadania Rural enquanto estratégia de acesso a direitos e enfrentamento das desigualdades estruturais. O texto organiza-se como reflexão crítica construída a partir de dados institucionais do Projeto Cidadania Rural (2024–2025), relatórios oficiais e indicadores públicos sobre pobreza e insegurança alimentar, em diálogo com autoras e autores do campo da Psicologia da Descolonização, crítica ao racismo estrutural e segurança alimentar.

Necropolítica e produção da fome na Bahia

A fome na Bahia não constitui fenômeno conjuntural, mas resultado de processos históricos, políticos e territoriais que organizam de forma desigual o acesso à vida e aos direitos. A partir de Mbembe (2018), compreende-se que o Estado não atua apenas como garantidor de direitos, mas também como agente que define quais vidas serão protegidas e quais permanecerão submetidas à precariedade. Essa compreensão

dialoga com Josué de Castro (1984), para quem a fome não é fenômeno natural, mas expressão das desigualdades sociais e econômicas historicamente produzidas.

Dados da Rede PENSSAN (2022) indicam que aproximadamente 1,8 milhão de pessoas viviam em situação de insegurança alimentar grave na Bahia, enquanto indicadores do IBGE apontam elevados índices de pobreza estrutural no estado. Esses dados evidenciam que a fome possui caráter territorializado e racializado, atingindo de forma mais intensa comunidades negras, quilombolas, indígenas e agricultores familiares.

Silvio Almeida (2019) afirma que o racismo é constitutivo da organização econômica e política da sociedade brasileira. Nesse sentido, a necropolítica da fome manifesta-se quando populações inteiras permanecem impedidas de acessar direitos básicos em razão da ausência de documentação civil, irregularidade fundiária e exclusão burocrática das políticas públicas. Agricultores familiares, comunidades quilombolas, povos indígenas e populações rurais negras frequentemente enfrentam obstáculos institucionais que dificultam o acesso ao crédito rural, assistência técnica e proteção social.

Outro elemento central é a burocracia estatal. A ausência de RG, CPF e Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) limita o acesso a políticas públicas e programas de inclusão produtiva. Os dados do Projeto Cidadania Rural evidenciam essa realidade: entre 2024 e 2025, milhares de documentos foram emitidos e cadastros realizados, revelando uma demanda reprimida histórica e demonstrando que a exclusão social no campo também se produz pela negação do acesso formal aos direitos.

Assim, a fome não pode ser compreendida apenas como ausência de alimentos, mas como expressão das desigualdades raciais, territoriais e institucionais que estruturam o acesso desigual à cidadania, à terra e às políticas públicas.

Racismo estrutural, interseccionalidade e fome

O racismo estrutural organiza a distribuição desigual do acesso à alimentação, à terra e às políticas públicas, incidindo de forma mais intensa sobre populações negras, quilombolas, indígenas e comunidades rurais historicamente marginalizadas. No campo alimentar, isso se manifesta por meio do racismo alimentar, caracterizado pelas desigualdades no acesso a alimentos saudáveis, produção agrícola, soberania alimentar e políticas de proteção social.

Lélia Gonzalez (1988) demonstra que o racismo brasileiro naturaliza desigualdades e invisibiliza a população negra. Já Sueli Carneiro (2018) evidencia que o racismo produz desumanização e negação de cidadania, afetando diretamente as condições de vida.

A perspectiva interseccional proposta por Carla Akotirene (2019) permite compreender que raça, gênero, classe e território atuam simultaneamente na produção da vulnerabilidade social e alimentar. Nesse contexto, mulheres negras rurais, quilombolas e indígenas ocupam posição particularmente vulnerável, acumulando responsabilidades relacionadas ao cuidado familiar, produção agrícola e manutenção da vida cotidiana, ao mesmo tempo em que enfrentam maiores barreiras no acesso à terra, documentação civil, crédito rural e políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

Nesse cenário, a insegurança alimentar produz efeitos que ultrapassam a privação nutricional, atravessando relações sociais, modos de vida e experiências subjetivas. Em diálogo com a Psicologia da Descolonização, compreende-se que a fome produz impactos emocionais, afetivos e identitários, reforçando sentimentos de insegurança, insuficiência e exclusão social.

Psicologia da descolonização

A fome também produz impactos subjetivos profundos. Nesse sentido, a Psicologia da Descolonização permite compreender que a insegurança alimentar não constitui apenas experiência individual de sofrimento, mas produção histórica e coletiva vinculada ao racismo, à colonialidade e à negação de direitos. A partir de Frantz Fanon (2008), compreende-se que a opressão colonial atua não apenas sobre o corpo físico, mas também sobre a subjetividade, produzindo efeitos psicológicos relacionados à inferiorização, medo e restrição das possibilidades de existência.

Aplicada à insegurança alimentar, essa reflexão evidencia que a fome produz medo permanente, ansiedade, sensação de insuficiência e naturalização da precariedade. Nessa direção, Ailton Krenak (2019) problematiza os efeitos do modelo civilizatório colonial e reforça a necessidade de reconstruir formas de existência comprometidas com o cuidado coletivo, o território e a continuidade da vida.

A experiência contínua da privação alimentar limita perspectivas de futuro, reforça ciclos de exclusão e orienta a vida cotidiana para a sobrevivência imediata, comprometendo autonomia e participação social. Assim, a Psicologia da

Descolonização possibilita compreender que o sofrimento produzido pela fome não pode ser individualizado, mas analisado a partir das estruturas históricas, raciais e institucionais que condicionam o acesso desigual à alimentação e aos direitos fundamentais.

Dessa forma, a fome deve ser compreendida como fenômeno físico, social e psicológico, cujo enfrentamento exige políticas públicas capazes de garantir não apenas alimentação, mas também dignidade, reconhecimento e reconstrução da autonomia dos sujeitos.

Agricultura familiar e cidadania rural

A agricultura familiar possui papel estratégico na segurança alimentar brasileira, desempenhando função central na produção de alimentos e na sustentação econômica de milhares de famílias rurais (IBGE, 2017). Apesar disso, agricultores familiares, povos indígenas, comunidades quilombolas e populações rurais negras ainda enfrentam dificuldades históricas relacionadas ao acesso ao crédito, assistência técnica, mercados institucionais e regularização documental.

A ausência do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), de documentação civil ou de regularização fundiária frequentemente impede o acesso a políticas públicas fundamentais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Garantia-Safra, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de outras estratégias de proteção social voltadas às populações do campo.

Na Bahia, essas dificuldades são agravadas pela desigualdade racial, concentração fundiária e limitações de infraestrutura nos territórios rurais. Nesse cenário, o Projeto Cidadania Rural, desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia (SDR/SUAF), surge como estratégia institucional voltada à ampliação do acesso a direitos. Por meio de ações itinerantes realizadas em comunidades rurais, aldeias indígenas, territórios quilombolas e localidades historicamente vulnerabilizadas, o projeto articula emissão de documentos civis (RG/CIN), acesso ao CAF, serviços da Receita Federal e regularização vinculada ao INCRA, reduzindo barreiras burocráticas e territoriais historicamente impostas às populações do campo.

Entre 2024 e 2025, o projeto realizou milhares de atendimentos relacionados à emissão de documentos civis, regularização fundiária, acesso ao CAF e serviços

vinculados à Receita Federal e ao INCRA. Os números revelam uma demanda reprimida histórica e evidenciam que, em muitos casos, a exclusão social no campo não decorre da inexistência de políticas públicas, mas das barreiras institucionais que dificultam o acesso a direitos fundamentais.

Ao levar o Estado até os territórios rurais, o Projeto Cidadania Rural reduz distâncias geográficas, burocráticas e institucionais, fortalecendo a cidadania e ampliando possibilidades concretas de enfrentamento à insegurança alimentar, especialmente entre agricultores familiares, mulheres rurais, povos indígenas, comunidades quilombolas e populações historicamente invisibilizadas. Como sugere Milton Santos (2007), o acesso desigual aos direitos também se expressa territorialmente, de modo que cidadania e pertencimento dependem das condições concretas de acesso aos serviços e políticas públicas nos diferentes espaços sociais.

Nessa lógica, a necropolítica manifesta-se não apenas pela exposição direta à pobreza, mas também pela gestão institucional da precariedade, quando a ausência de documentação civil, regularização fundiária e acesso às políticas públicas limita concretamente possibilidades de existência digna.

Discussão

A análise da insegurança alimentar na Bahia evidencia a disputa entre diferentes formas de organização social e política. De um lado, permanece um modelo necropolítico, marcado pela exclusão institucional, desigualdade no acesso a direitos e precarização da vida. De outro, emergem estratégias orientadas pela justiça alimentar, ampliação da cidadania e fortalecimento de políticas públicas territorializadas.

A partir das contribuições de Achille Mbembe (2018), compreende-se que a fome não pode ser interpretada apenas como escassez de alimentos, mas como expressão de decisões políticas e institucionais que condicionam o acesso à proteção social. Em diálogo com Silvio Almeida (2019), essa análise evidencia que o racismo estrutural organiza desigualdades históricas, afetando de forma mais intensa populações negras, quilombolas, indígenas e agricultores familiares.

Os dados apresentados demonstram que a insegurança alimentar na Bahia se relaciona diretamente à exclusão documental, fundiária e institucional. A ausência de documentação civil, acesso ao Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e regularização vinculada às políticas públicas limita o acesso ao crédito rural, assistência

técnica e programas de proteção social, aprofundando situações históricas de vulnerabilidade.

Nesse contexto, a Psicologia da Descolonização contribui para compreender que os efeitos da fome ultrapassam a privação material, produzindo sofrimento social, insegurança e restrição das possibilidades de autonomia. O sofrimento não deve ser individualizado, mas analisado a partir das estruturas históricas, raciais e territoriais que condicionam o acesso desigual aos direitos.

O Projeto Cidadania Rural insere-se nesse cenário como estratégia concreta de enfrentamento à exclusão burocrática e institucional. Ao levar serviços públicos diretamente às comunidades rurais, aldeias indígenas e territórios quilombolas, o projeto amplia o acesso à documentação civil, ao CAF e às políticas públicas, fortalecendo a cidadania e contribuindo para o enfrentamento da insegurança alimentar.

Dessa forma, a fome deve ser compreendida como realidade historicamente produzida e, portanto, passível de transformação por meio de políticas públicas comprometidas com justiça social, equidade racial e garantia de direitos.

Conclusão

Assim, a fome deve ser compreendida como produção histórica de sofrimento social, na Bahia é resultado de estruturas históricas de desigualdade racial, econômica e territorial. Sua permanência revela a forma como o acesso à terra, à renda e às políticas públicas foi historicamente organizado no Brasil.

A partir das contribuições de Achille Mbembe, Silvio Almeida, Carla Akotirene e Frantz Fanon, este artigo demonstrou que a insegurança alimentar constitui expressão da necropolítica, do racismo estrutural e das múltiplas formas de exclusão social.

Entretanto, a experiência do Projeto Cidadania Rural evidencia que políticas públicas territorializadas possuem potencial de transformação social. Ao garantir documentação civil, acesso ao CAF e inclusão produtiva, o projeto atua diretamente na superação das barreiras que historicamente limitaram o acesso de agricultores familiares aos seus direitos.

Mais do que ação administrativa, o Cidadania Rural representa estratégia de reconstrução da cidadania e fortalecimento da dignidade humana. Assim, combater a fome exige não apenas políticas emergenciais, mas transformação estrutural das condições de acesso a direitos, terra, renda e políticas públicas.

A permanência da fome revela escolhas históricas e institucionais que podem ser transformadas por políticas públicas comprometidas com justiça social, equidade racial e garantia de direitos.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). **Relatórios institucionais do Projeto Cidadania Rural (2024–2025)**. Salvador: SDR, 2025.
- BAHIA. Superintendência da Agricultura Familiar (SUAF). **Dados operacionais e relatórios de execução do Projeto Cidadania Rural**. Salvador: SUAF/SDR, 2024–2025.
- CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen, 2018.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): rendimento de todas as fontes e pobreza no Brasil – 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- REDE PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo: Rede PENSSAN, 2022.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.